

AGRICULTURA TRADICIONAL E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ENTORNO DA RESERVA BIOLÓGICA DE POÇO DAS ANTAS (RJ)ⁱ

*Leonardo Vicente Rivetti¹
Luiz Antonio Cabello Norder²*

Resumo: O artigo tem o objetivo de analisar o processo de transição agroecológica em assentamentos e acampamentos de reforma agrária no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas, município de Silva Jardim, Rio de Janeiro. Foi adotada uma perspectiva temporal entre os anos de 2000 e 2012 para entender a relação da agricultura tradicional com as propostas de transição em curso. A pesquisa, de caráter qualitativo, foi baseada na análise de um estudo de caso, na qual o diálogo estabelecido com as famílias assentadas e técnicos extensionistas possibilitou analisar as iniciativas, projetos e políticas voltadas à promoção da transição agroecológica. O processo de transição analisado ainda está muito centrado nos fatores agrícolas, baseado na introdução de práticas ecológicas nos sistemas de produção. Mas o estudo também permitiu compreender as motivações e o envolvimento dos atores na construção de uma proposta de desenvolvimento socioambiental e econômico no contexto específico dos assentamentos.

Palavras-chave: Transição agroecológica; agricultura tradicional; assentamentos rurais.

¹Licenciado em Ciências Agrícolas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ e Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Email: leorivetti@hotmail.com

²Professor do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de São Carlos (PPGADR/UFSCar). Email: luiz.norder@cca.ufscar.br

Abstract: *The article aims to analyze the process of agroecological transition in settlements and camps around land reform in the Biological Reserve Pit das Antas, municipality of Silva Jardim , Rio de Janeiro . Was adopted temporal perspective between the years 2000 and 2012 to understand the relationship of agriculture traditional proposals for ongoing transition. The research, qualitative, was based on the analysis of case study, and the dialogue with the families settled and extension technicians possible to analyze the initiatives, projects and policies aimed at the promotion of agroecological transition. The process analyzed still very focused on agricultural factors, based on the introduction of environmentally friendly practices in production systems. But the study also shed light the motivations and involvement of actors in the construction of a proposed economic and environmental development in the context settlements.*

Keywords: *Agroecological Transition; Traditional Agriculture; Rural Settlements.*

Introdução

O Estado do Rio de Janeiro é caracterizado como um território fortemente urbanizado, o que gera muitas pressões sobre o setor agropecuário, em especial ao público da agricultura familiar. Como destacado por Alentejano (2005a), o Rio de Janeiro é por muitas vezes apontado como um estado marcado pelo intenso processo histórico de metropolização e desruralização, fatos dominantes que influenciam a organização do espaço fluminense. A concentração e a especulação da terra vêm causando um aumento nos conflitos socioambientais por toda sua extensão, fenômeno decorrente principalmente do uso deste recurso para fins turísticos e para atividades industriais. Ao direcionar a análise para meio rural do estado do Rio de Janeiro, se constata, que apesar de possuir terras em boas condições, principalmente para o cultivo de olerícolas e para a criação de pequenos animais, a agricultura fluminense apresenta características peculiares que representam grandes obstáculos ao desenvolvimento da agricultura familiar.

O embate entre as propostas de reforma agrária do movimento social organizado e a política governamental, o forte processo de urbanização e a fragilidade organizacional dos movimentos sociais de luta pela terra fazem com que o estado do Rio de Janeiro se depare com um conjunto de obstáculos para a promoção de um desenvolvimento rural sustentável (ALENTEJANO, 2005b).

Apesar deste cenário, deve-se considerar a presença de um contingente de pessoas que se dedica às atividades agropecuárias, com destaque à agricultura em pequena escala, incluindo as áreas destinadas à política de reforma agrária. Há experiências nas quais os agricultores preservam práticas tradicionais de agricultura, se destacando como experiências de transição ecológica na agricultura.

Para este estudo foram consideradas três áreas de reforma agrária que contemplam os seguintes assentamentos e acampamento: Projeto de Assentamento Cambucaes, Assentamento Aldeia Velha e o Acampamento Sebastião Lan II, conhecido popularmente como "brejão", localizado no limite entre os municípios de Silva Jardim e Casimiro de Abreu, no estado do Rio de Janeiro. Na realização dos trabalhos de coleta de dados/informações, houve um recorte sobre o município de Silva Jardim, onde se encontram os assentamentos rurais no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas; e também no município de Casimiro de Abreu, pela proximidade entre os municípios e a influência direta nas áreas onde se encontram os assentamentos.

Considerando a localidade escolhida para este estudo, é importante compreender os meios de reprodução social dos assentados e quais alternativas vêm se destacando para o fortalecimento e/ou manutenção das condições de vida nas áreas rurais dos assentamentos. Entre as particularidades socioambientais encontradas nas áreas analisadas estão os intensos conflitos sociais e as contradições na atuação dos órgãos responsáveis pelas políticas de reforma agrária e ambientais no estado. Desta forma, o trabalho apresenta um recorte sobre o processo de transição agroecológica em assentamentos de reforma agrária no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas, que compõem a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João, localizada na Região das Baixadas Litorâneas, no estado do Rio de Janeiro. O objetivo deste artigo é analisar o processo de transição agroecológica no universo dos assentamentos e as expressões da agricultura tradicional, no contexto da agricultura familiar nas áreas de reforma agrária.

O artigo é composto por quatro seções. Nas primeira e segunda seções, são apresentadas algumas definições e discussões sobre os conceitos de agricultura tradicional e transição agroecológica. A terceira seção apresenta a metodologia da pesquisa na área selecionada e a seção final analisa os resultados e as discussões, subdividindo esta seção em outros quatro tópicos: sistemas de cultivo nos assentamentos; as práticas de base ecológica adotadas pelos agricultores; uma interpretação do processo de transição agroecológica; e uma abordagem

sobre o resgate e a manutenção da agricultura tradicional e sua interface com o processo de transição agroecológica nestes assentamentos.

Agricultura Tradicional

As atividades agropecuárias estão fortemente atreladas às questões e condições ambientais nos contextos nos quais a agricultura e/ou pecuária são conduzidas de forma a estabelecer uma relação mais estreita com os fatores biológicos naturais necessários à produção e a manutenção dos meios de reprodução das famílias, como é o caso especial dos agricultores caracterizados como tradicionais. Para Remmers (1993), o termo agricultura tradicional se refere aos sistemas de uso da terra que foram sendo desenvolvidos localmente durante muitos anos de experimentação. O autor explica que a agricultura tradicional geralmente se desenvolve em estreita vinculação com as necessidades da sociedade e que a mesma atende a um tipo específico de organização social que depende muito da natureza, de forma que o manejo do meio ambiente acaba se transformando em uma maneira coletiva própria de se viver.

Altieri (2004) citado por Mattos (2011) ressalta a importância das práticas sustentáveis presentes na agricultura tradicional para a gestão dos recursos naturais, afirmando que, apesar de muitas vezes estes serem associados a baixos níveis de tecnologia e pela limitação no acesso a recursos, os agricultores desenvolvem diversos sistemas agrícolas adaptados localmente, gerindo-os com práticas engenhosas que proporcionam a produção de alimentos para a sua subsistência e favorecem a conservação da agrobiodiversidade. O agricultor familiar acumula um amplo conhecimento sobre o funcionamento dos ciclos biológicos, sem que suas intervenções necessariamente prejudiquem sua manutenção ou reprodução. Essa convivência da vida social com o meio natural foi denominada como um "ajustamento ecológico" por Antonio Candido, que pode ser considerado um dos primeiros estudiosos da questão ambiental no meio rural brasileiro (BRANDEMBURG, 2010).

A expressão "exploração familiar" recobre situações extremamente variadas e diferentes e se refere a um maior ou menor grau de integração com a sociedade econômica, tanto do plano técnico-econômico quanto do plano sociocultural. Para Lamarche (1993), um determinado grau de integração à sociedade econômica corresponde "a uma determinada relação com a sociedade de consumo, um determinado modo de vida" e a um determinado modo de percepção e de representação do meio ambiente (ABREU, 2005). Wanderley (1996) trabalha com a teoria do que seria o "rural reconstruído ou reflexivo" que

apresentaria características da modernidade rural tradicional. Aponta que não se trata simplesmente de um rural substituído, mas continuamente ressignificado, passando, ao longo do tempo, a ser tratado como um objeto de política pública. Trata-se de um rural socialmente reorganizado a partir de uma tradição reinventada por um agrupamento ou comunidade local e se apresenta como a continuidade de uma vida fundamentada na condição camponesa.

As práticas tradicionais na agricultura nos remetem à diversidade socioeconômica e cultural da agricultura familiar, inclusive no que se refere aos assentados de reforma agrária, além das comunidades indígenas, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas e outras categorias. Boa parte desses grupos encontra-se em condições desfavoráveis para a manutenção dos meios de vida e, diante disso, desenvolvem suas estratégias de adaptação, relacionando-as aos condicionantes econômicos e ambientais locais. Esses grupos estão mais propensos a internalizar novas alternativas em seus modos de vida e trabalho. Isso se dá pela questão do próprio modo de vida caracterizado pela preservação ao longo do tempo de relações harmônicas com o meio ambiente e a noção intuitiva de dependência dos recursos naturais (PETERSEN *et al.*, 2009).

A flexibilidade de adaptação a contextos hostis com o objetivo de reproduzir o seu modo de vida é assegurada por meio da ativação de sua capacidade de inovar constantemente nas suas formas de organização e de uso dos recursos naturais disponíveis. Essa capacidade da produção familiar de valorizar os recursos locais na criação de alternativas para a sua reprodução pode ser compreendida como um mecanismo social que age contra a desterritorialização de suas comunidades e a expropriação de seus meios de vida. Ela se faz exatamente com base no controle inteligente dos recursos territoriais (naturais e socioinstitucionais) e funda-se na busca por melhores ajustamentos entre esses recursos e as aspirações das famílias e comunidades agricultoras (PETERSEN *et al.*, 2009, p. 86).

Mesmo entre as famílias que se submetem à lógica técnico-econômica da agricultura industrializada, há uma margem para inovação ao adaptarem estas tecnologias às suas condições, de forma a desconstruir e reconstruir as prescrições oficiais para uso dos pacotes tecnológicos. Por essa razão a tendência da agricultura familiar é a de gerar heterogeneidade e não a homogeneidade que caracteriza o modelo agroindustrial (PLOEG, 1997, citado por PETERSEN,

2009). Estima-se que 50% dos agricultores familiares produzem em sistemas de manejo e conservação agrícola que expressam uma notável resiliência dos agroecossistemas tradicionais dentro da dinâmica de mudanças do meio ambiente e do sistema econômico. Além disso, contribuem substancialmente para a segurança alimentar a nível local, regional e nacional (TOLEDO & BARRERA-BASSOLS, 2008).

Por estas razões, a maioria dos agroecologistas reconhece que agroecossistemas tradicionais têm o potencial de fornecer soluções para muitas incertezas que a humanidade enfrenta na era do petróleo, das mudanças climática globais e frente as crises financeiras (ALTIERI y TOLEDO, 2011). Assim, nos processos de conversão ou transição na agricultura, os conhecimentos e práticas tradicionais podem oferecer importantes subsídios para a reflexão e o estabelecimento de programas com ações voltadas a uma agricultura mais sustentável.

Transição Agroecológica

A transição agroecológica consiste em um objeto de estudo que vem sendo cada vez mais explorado e com crescente visibilidade, tanto em âmbito científico quanto pela sociedade civil organizada. Tem-se ampliado, com isso, a elaboração de estudos mais aprofundados sobre essa temática, principalmente com a finalidade de estabelecer uma definição em torno da mesma.

A Agroecologia, enquanto ciência e como estratégia para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, vem promovendo diversas discussões sobre a importância dos processos graduais de adoção de formas de manejo e gestão dos agroecossistemas, por meio de uma transição ou conversão da agricultura que incorpore princípios, métodos e tecnologias de base ecológica. A noção de "agricultura de base ecológica" se refere a um processo de ecologização dinâmico, contínuo e crescente ao longo do tempo. Esse processo implica não somente em uma nova racionalidade para as atividades produtivas, mas também uma mudança de atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo dos recursos naturais e à conservação do meio ambiente (CAPORAL & COSTABEBER, 2007).

Há distintas interpretações em torno da noção de transição agroecológica. Em alguns casos, os processos de transição são classificados como sendo um mecanismo ligado unicamente à produção, ou ainda se restringindo à substituição de insumos da agricultura convencional por técnicas e práticas de baixo impacto e menor dependência externa, em especial com o abandono de agroquímicos

sintéticos. No entanto, verificamos também que as discussões incluem outros aspectos e passam pelo reconhecimento de que se trata de um processo de maior complexidade.

Segundo Costabeber e Moyano (2000), a transição agroecológica vem sendo impulsionada por duas vertentes, a saber: a *ecologização da agricultura* e a *ação social coletiva*. A primeira se caracteriza pela introdução de novas práticas agrícolas, mediante a substituição de insumos externos de ação negativa sobre o ambiente, pela introdução de melhorias na qualidade de trabalho e dos alimentos produzidos. A segunda estaria baseada na construção de projetos coletivos conforme os interesses, expectativas, crenças e valores compartilhados. Com isso, os agricultores buscam uma alternativa para superar a crise socioambiental por eles vivenciada.

De acordo com Schmitt (2009), a noção de transição agroecológica se constitui, simultaneamente, como uma referência de análise, capaz de gerar questões e hipóteses de pesquisa, e, simultaneamente, como uma ferramenta voltada para a tomada de decisões em processos concretos de intervenção. A autora destaca que o mais importante é problematizar a interpretação e a investigação dos processos de mudanças socioambientais na agricultura, a partir da ideia de uma transição agroecológica que possa contribuir com os processos de desenvolvimento rural. Os diferentes exemplos de transição na agricultura, em suas peculiaridades, são orientados por métodos de trabalho e/ou por uma questão de enfoque, ou seja, a maneira como as trajetórias de transição se processam está diretamente ligada a objetivos ou metas que os atores definem. Além disso, trata-se de uma metodologia utilizada para que o processo ocorra, levando em consideração os valores culturais das populações envolvidas.

Gonçalves e Model (2006), em trabalho sobre transição na agricultura no estado do Rio Grande do Sul, apontam que, *a busca por meios de vida mais saudáveis e a necessidade de produzir alimentos livres de contaminantes também são frequentemente mencionadas como importantes fatores nas tomadas de decisão que levam aos caminhos da transição agroecológica*. Os autores destacam ainda que as razões subjetivas para a transição estão relacionadas fundamentalmente à "consciência socioambiental" partilhada pelas famílias agricultoras. É comum ouvir agricultores afirmarem que não usam métodos de manejo convencional para não contaminarem o meio ambiente. Enfatizam ainda que não desejam ao próximo àquilo que não querem para si: *"como posso passar veneno em um alimento sabendo que uma criança vai consumi-lo?"*.

A questão ética pode, em alguns casos, influenciar o debate das famílias envolvidas nos processos de transição agroecológica na região.

Segundo Gliessman (2000), em processos de transição ou conversão agroecológica para agroecossistemas sustentáveis, podem ser distinguidos três níveis fundamentais: 1º) o incremento da eficiência das práticas convencionais para reduzir o uso de insumos externos onerosos, escassos e prejudiciais ao meio ambiente. Esta tem sido a principal ênfase da pesquisa agrícola convencional, resultando em práticas e tecnologias que ajudam a mitigar os impactos negativos da agricultura convencional; 2º) a substituição de insumos externos e práticas convencionais por práticas alternativas. A meta seria a substituição de produtos e práticas intensivas em recursos e degradadoras do meio ambiente por outras mais racionais do ponto de vista da manutenção das boas condições ecológicas; 3º) a mudança no desenho dos agroecossistemas, para que funcionem com base em novos conjuntos de processos ecológicos.

O autor aponta que, em termos de investigação, já foram feitos importantes trabalhos em relação à transição do primeiro para o segundo nível; porém, para o terceiro nível os trabalhos são mais recentes e menos numerosos. Assim, é importante destacar que as informações apresentadas se referem a níveis – e não a etapas a serem rigorosamente seguidas. Esses níveis podem ser trabalhados de acordo com os objetivos e prioridades dos grupos interessados em estabelecer mudanças em suas práticas produtivas.

De acordo com Moreira e Carmo (2004), especificamente para o caso do Brasil, o processo de construção de uma agricultura sustentável, embora implique na substituição inicial de insumos, não se resume a isso, uma vez que passa pelo redesenho dos sistemas. Ainda segundo os autores, a transição relaciona-se, necessariamente, ao debate sobre o fortalecimento da agricultura de base familiar, além da promoção de profundas modificações na estrutura fundiária do país, por políticas públicas consistentes e pela revisão dos pressupostos epistemológicos e metodológicos que guiam ações de pesquisa e desenvolvimento. Os processos de transição agroecológica ocorrem em diferentes níveis de construção e aplicação de conhecimentos, dependendo dos objetivos, interesses, circunstâncias e capacidades concretas, inclusive para atender às aspirações dos agricultores.

Assim, a transição agroecológica pode ser compreendida como um processo social de construção de um novo modo de vida, pela busca do maior equilíbrio nas atividades agropecuárias (do ponto de vista produtivo e ambiental), do bem estar humano e como estratégia de promoção ao desenvolvimento das zonas

rurais, considerando suas particularidades. Do ponto de vista institucional, especialmente no que se refere a ações de assistência técnica e extensão rural, pesquisa agropecuária e políticas públicas, ganha importância a observação das experiências e processos sociais de transição agroecológica, de forma a melhor interpretar os rumos que essas dinâmicas sociais e experiências estão apontando, bem como as questões e desafios que vêm sendo enfrentadas (ALMEIDA, 2001).

Metodologia

A pesquisa desenvolvida foi de caráter qualitativo, baseada na análise de um estudo de caso e adotada uma abordagem compreensiva a partir da interação e diálogo com os atores locais. Para Hagette (1994), pesquisar é sempre problematizar o real, dentro de uma dialética entre sujeito e objeto, com a ajuda de métodos e técnicas que permitem uma aproximação mais completa de um real inesgotável e móvel, já que o mesmo se modifica constantemente através das interações.

O diálogo com as famílias assentadas nos serviu como principal ferramenta para entender o contexto analisado e, por isso, foi adotado o método da *observação participante*. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, para que, através de outras experiências, fosse possível obter informações que contribuíssem para uma melhor compreensão do objeto de estudo. Adotou-se também o uso de *questionários semi-estruturados para entrevistas* com produtores e técnicos extensionistas envolvidos com a questão da agricultura nos assentamentos rurais.

Kenski (2003) menciona que o uso do registro em vídeo permite certo grau de exatidão na coleta de informações sobre alguns aspectos. Esses registros foram realizados com prévia autorização dos atores entrevistados. Assim, outra ferramenta utilizada para coleta de informações e percepções a campo foi o *registro fotográfico*, na tentativa de reter o máximo de impressões das situações verificadas *in loco*.

No desenvolvimento da pesquisa de campo, levando em consideração as particularidades da problemática, adotou-se uma perspectiva temporal, onde trabalhamos com um período de aproximadamente doze (12) anos para análise do processo em curso, para melhor compreender as mudanças ocorridas ao longo do tempo nos contextos econômico, social, cultural e ambiental em torno do objeto de estudo. A pesquisa foi realizada em dois (2) assentamentos e um (1) acampamento de reforma agrária, localizados no entorno, ambos em interface

direta³ com a Reserva Biológica de Poço das Antas, ou seja, em áreas localizadas nas divisas imediatas da REBIO, com a qual as comunidades estão em contato direto. Inicialmente, foram priorizados os projetos de reforma agrária que apresentavam interface direta com a REBIO de Poço das Antas, os quais também se encontram registrados no INCRA como "projetos efetivos".

No entanto, com o andamento da pesquisa e as constatações no trabalho de campo, evidenciou-se a importância de incluir o acampamento Sebastião Lan II, mesmo este estando ainda em fase de regulamentação. Essa inclusão se justifica tendo em vista sua abrangência e contato significativo com a área da REBIO em questão, além de sua proximidade com o PA Sebastião Lan I, estando separados apenas pelo curso do Rio São João. Outro fato considerado para a inclusão diz respeito ao tempo de ocupação das famílias, que aguardam há aproximadamente 14 anos uma decisão por parte do INCRA sobre a regularização da área como assentamento efetivo.

Geograficamente, em relação à REBIO, estas áreas estão localizadas da seguinte forma: Assentamento Aldeia Velha, ao Norte; Projeto de Assentamento Cambucaes, a Noroeste; e Acampamento Sebastião Lan II, a Sudeste. A área de ocupação destes assentamentos é de 362,60 ha para o PA Aldeia Velha, comportando 41 famílias; 1.588,42 ha para o PA Cambucaes, com 106 famílias; aproximadamente 1.613 ha para a área referente ao acampamento Sebastião Lan II, com a possibilidade de comportar até 83 famílias, mas que, durante a realização da pesquisa, contava com 47 famílias (GT-ECOSOCIAL, 2002; INCRA, 2012).

É importante destacar que, jurídica e institucionalmente, existem distinções com relação às áreas de assentamento e acampamento de reforma agrária aqui pesquisados. Porém, ao longo do documento, quando nos referirmos aos "assentamentos", estaremos também nos referindo ao "acampamento" mencionado, com o intuito de não precisarmos especificar cada uma dessas categorias sempre que fizermos menção às áreas de reforma agrária incluídas no estudo.

³Interface direta se referem às áreas de maior proximidade com a REBIO, onde o contato das comunidades rurais é intenso com relação a seus limites. Há uma delimitação da Zona de Amortecimento (ZA) – com limite de 10 km ao redor da Unidade de Conservação, aplicando-se critérios para a inclusão, não-inclusão e ajuste de área da ZA, com base no Roteiro Metodológico (MMA/IBAMA, 2002), da REBIO de Poço das Antas; por isso o cuidado em esclarecer o entorno considerado, a fim de não haver equívocos quanto ao local da pesquisa (Plano de Manejo da REBIO de Poço das Antas - Encarte 2, 2005).

Vale ainda ressaltar que para este estudo não foi considerado o PA Sebastião Lan I, o qual também está localizado em área limítrofe com a REBIO de Poço das Antas, uma vez que o mesmo ter sido considerado como área de risco permanente, mediante estudo de avaliação conduzido pela EMBRAPA, INCRA e demais colaboradores, ainda no ano de 2008, quando foi analisada a viabilidade para a permanência e desenvolvimento das atividades das famílias assentadas.

Considerando que, proporcionalmente ao número de famílias nos assentamentos, são poucas as experiências de transição agroecológica nas áreas de entorno da REBIO, decidiu-se trabalhar com um percentual de 50% das experiências agroecológicas e/ou de base ecológicas identificadas em cada uma das três áreas. Para a escolha das propriedades, foram feitas consultas junto aos órgãos e/ou entidades locais sobre a localização de experiências em agroecologia. As entrevistas procuraram abranger as experiências mais representativas da diversidade local encontrada, seguindo os critérios de avaliação e trabalho nas áreas de reforma agrária consideradas no estudo por parte dos órgãos consultados.

Para a realização das entrevistas, foram selecionados produtores que vinham desenvolvendo práticas associadas à transição agroecológica em seus sistemas de produção, inclusive, em alguns casos, de forma empírica, ou seja, não direcionadas por projetos ou qualquer outra intervenção direta de caráter institucional. Essas foram incluídas na pesquisa por se tratar de experiências ilustrativas, também mediante consulta aos atores locais, incluído organismos de assessoria técnica e extensão rural.

Na ocasião foram identificadas dezoito (18) experiências agroecológicas, sendo doze (12) no Projeto de Assentamento Cambucaes, três (03) no Assentamento Aldeia Velha, e três (03) no Acampamento Sebastião Lan II. Diante disso, foram realizadas dez (10) entrevistas, sendo seis (06) no Projeto de Assentamento Cambucaes, três (03) no Assentamento Aldeia Velha e três (03) no Acampamento Sebastião Lan II.

Da mesma forma que a seleção dos agricultores, a escolha dos técnicos entrevistados seguiu a orientação de, na medida do possível, contar com a colaboração de sujeitos que fizeram parte de diferentes momentos do processo de transição na agricultura, com o objetivo de captar distintas percepções ao longo da trajetória e espaço temporal pré-estabelecido. Com isso, dez (10) técnicos foram entrevistados, os quais representavam distintas instituições ou organizações (Prefeituras, ONGs, EMATER, ICMBio, INCRA) que atuam ou atuaram no contexto da pesquisa, em iniciativas voltadas à agroecologia nos

assentamentos, tendo em vista o período considerado para a análise do processo de transição.

Assim, a pesquisa levou em conta as visões e as práticas dessas duas categorias sociais – agricultores e técnicos – que desenvolvem experiências em agroecologia nestes dos assentamentos rurais. Tal metodologia foi inspirada nos autores anteriormente citados, mas também de acordo com os pressupostos teóricos metodológicos da sociologia compreensiva, apresentadas em pesquisas desenvolvidas por Abreu (2005), sobre a construção social da relação com o meio ambiente, no bioma Mata atlântica, onde a autora analisa as visões dos atores locais associadas as suas práticas e relação com a natureza.

Resultados e discussão

Os sistemas de cultivo

Durante as visitas às propriedades nos assentamentos, foi possível observar distintas formas de cultivo, tanto do ponto de vista do desenho e das práticas utilizadas nos sistemas produtivos, quanto da aproximação dos mesmos com relação à proposta de manejos de base ecológica. Observa-se que, mesmo antes da criação dos assentamentos, alguns agricultores que já viviam na localidade haviam adotado estilos ou formas de produção bastante semelhantes aos que hoje são caracterizados como sistemas de base ecológica. Mas isso não aconteceu com todos os agricultores, pois muitos orientam suas atividades com base na agricultura convencional, com uso dos insumos externos, químicos e mecanizados, quase sempre sem uma continuada e sistemática orientação técnica. Há ainda sistemas que mesclam práticas tradicionais com convencionais, buscando estabelecer algum tipo de equilíbrio ou experimentação para viabilizar os cultivos, neste caso, tendo como influência direta o fator benefício-custo das atividades.

São encontrados sistemas de policultivos com uma diversidade significativa de espécies de interesse econômico, em arranjos que se aproximam de sistemas agroflorestais⁴ (SAFs), se diferenciando apenas pelo componente arbóreo em meio às espécies agrícolas. Para os assentados que não conheciam ou não

⁴Agroflorestas ou sistemas agroflorestais (SAFs) são sistemas de uso da terra nos quais espécies perenes lenhosas (árvores, arbustos, palmeiras e bambus) são intencionalmente utilizadas e manejadas em associação com cultivos agrícolas e/ou animais (DEITENBACH *et al*, 2008).

desenvolviam sistemas produtivos com elevada diversidade, a proposta mais difundida foi justamente a dos sistemas agroflorestais, interpretada pelo grupo de técnicos entrevistados como uma tecnologia de grande potencial para a região, ainda que esses sistemas tenham sido difundidos e adotados mais recentemente.

Toledo (1990), citado por Altieri e Toledo (2011) mostra que muitos agricultores tradicionais tendem a adotar uma estratégia múltipla de mobilização de recursos naturais por meio da criação de mosaicos de paisagens, com alta variedade ecológica e diversidade biológica. Uma das principais características dos sistemas camponeses de organização é o seu alto grau de diversidade de espécies vegetais, presente, por exemplo, em sistemas de policultivos e/ou agroflorestais.

Outro importante componente em alguns sistemas é o uso de "sementes crioulas" por parte de alguns agricultores. Foi possível encontrar famílias que conservam algumas variedades de milho e feijão há aproximadamente 16 anos. Outros aspectos relacionados à agrobiodiversidade também estão presentes, como a preservação de variedades de aipim e aboboras mais bem adaptadas às condições locais. Essa preservação da variabilidade genética ao longo de anos pode ser considerada como um fator preponderante para a interpretação da agricultura tradicional enquanto prática que preserva uma identidade local. A noção de segurança alimentar das famílias agricultoras também está associada à preservação de seus hábitos e costumes e à busca de maior autonomia na produção, na comercialização e distribuição de produtos.

Agroecossistemas tradicionais que possuem uma diversidade genética local, com variedades adaptadas e selvagens podem contar com uma maior resistência à doenças, pragas, seca e outros problemas nos sistemas de cultivo. Também permitem o aproveitamento de uma ampla gama de agroecossistemas existentes em cada região, de acordo com suas características em termos de qualidade do solo, disponibilidade de água, declividade etc. Ao mesmo tempo, a diversidade genética proporciona maior estabilidade às culturas, o que permite aos agricultores o aproveitamento e a utilização de diferentes microclimas para a diversificação da produção e também para a construção de estratégias locais específicas de segurança alimentar (ALTIERI e TOLEDO, 2011).

Outras práticas agrícolas também foram identificadas, como a adubação orgânica, a integração lavoura-pecuária, o uso de outros resíduos animais que não os de bovinos e a compostagem de resíduos orgânicos. O uso da palhada para cobertura de solo, aproveitando a limpeza das áreas com as espécies espontâneas, subprodutos de podas e safras anteriores. Destacamos também a

redução do uso de agroquímicos para o controle de pragas e doenças, a partir da substituição por opções de menor impacto ambiental, como caldas alternativas. Essas práticas favorecem a manutenção e o aumento da fertilidade dos solos, a preservação dos cursos d'água, a biodiversidade local e a saúde das famílias, seja pela qualidade do trabalho ou pelo consumo de produtos e alimentos livres de contaminantes químicos.

Como destaca Almeida *et al* (2001), em limitadas condições financeiras e ambientais nas quais trabalham alguns agricultores, em especial aqueles que dependem e priorizam os processos biológicos naturais em suas lavouras, a reciclagem de nutrientes e de energia torna-se um elemento-chave para a sustentabilidade, enquanto a diversificação espacial e temporal das atividades constitui a base da estratégia adotada para aperfeiçoar essas reciclos.

Para uma parcela dos assentados entrevistados, essas práticas sempre fizeram parte de suas atividades; para outros, constituem uma novidade apresentada mais recentemente por técnicos que as difundiram com a intenção de propor um modelo de agricultura diferenciado, adequando os sistemas produtivos às realidades edafoclimáticas, socioeconômicas e ambientais ali encontradas. Destaca-se neste processo o trabalho de envolvimento direto dos agricultores em diferentes etapas, desde o planejamento até a efetivação dos trabalhos. Isso faz com que seja criado um ambiente participativo e enriquecedor quanto à possibilidade e a importância de manter uma identidade para a agricultura local, mesmo considerando o processo de intervenção e transformação na realidade das populações rurais assentadas.

O estudo de sistemas agrícolas nativos tem proporcionado grande parte da matéria prima para o desenvolvimento de hipóteses e sistemas de produção alternativos para a Agroecologia. É cada vez mais amplo o estudo da agricultura nativa realizado por equipes multidisciplinares para documentar práticas, desenvolver categorias de classificação para analisar processos biológicos dentro dos sistemas agrícolas, e avaliar aspectos das forças sociais que influem na agricultura (HECHT, 1994, p.15, apud COSTA NETO, 2006, p. 117).

O agricultor tradicional possui grande habilidade para o desenvolvimento e conservação de seus meios de manutenção, com o uso de técnicas e tecnologias elaboradas em seu próprio local de vida e trabalho, e se adapta às condições do ambiente em que se insere, de forma a obter uma exploração eficiente dos

potenciais de suas áreas, mesmo em situações adversas. Para Lopes *et al.* (2003), o uso de tecnologias sustentáveis que levem a um aumento na produção agropecuária se constitui em um forte instrumento de preservação ambiental, diminuindo ou até mesmo eliminando o desmatamento, muitas vezes de áreas não adaptadas ao processo intensivo de exploração.

A relação entre Agroecologia e agricultura tradicional tem sido objeto de diversas reflexões recentes, tais como: *A incorporação do conhecimento acumulado das populações tradicionais na evolução conjunta do homem e da natureza na matriz epistemológica da Agroecologia deixa claro a importância de outros saberes que não somente aquele da ciência moderna oficial* (CARMO, 2011, p.312). Sistemas agroecológicos estão profundamente enraizados na racionalidade ecológica da agricultura tradicional (ALTIERI, 2004). Há muitos exemplos de sucesso de sistemas agrícolas caracterizados por uma grande diversidade de plantas e animais domesticados. Além disso, apresentam grande potencial para manter e melhorar as condições do solo, dos recursos hídricos e da biodiversidade (TOLEDO y BARRERA-BASSOLS, 2008 *apud* ALTIERI y TOLEDO, 2011).

Segundo Carmo (2011), a revalorização e o resgate das práticas agrícolas tradicionais podem contribuir para geração de novos conhecimentos orientados ao desenvolvimento de uma agricultura assentada em bases ecológicas e com menor dependência em relação a insumos externos e intensivos em capital. Isso significa também agregar o conhecimento popular nas investigações científicas. A agricultura tradicional que ainda se conserva nas áreas estudadas serve de elemento para a reflexão de que a mesma estaria contribuindo fortemente para o desenvolvimento de uma agricultura mais harmônica e comprometida com as preocupações ambientais nos assentamentos. O perfil dessas famílias agricultoras constitui um ponto bastante positivo no que diz respeito à possibilidade de adesão a projetos/programas de promoção para uma transição ecológica na agricultura, servindo assim como subsídio na construção desse processo.

Aqui a noção de que a agricultura tradicional se apresenta como subsídio ao processo de transição se refere ao fato de que, teoricamente, há maiores chances de intervenções exitosas em realidades onde as populações rurais já se identificam com práticas produtivas e modos de vida que apresentem uma relação de comprometimento com a manutenção da qualidade do ambiente, comparado com casos em que as questões ambientais se resumem a uma noção genérica de meio ambiente. Mas isso não isenta esses últimos de estarem introduzindo e/ou construindo práticas produtivas de base ecológica em suas atividades, bem como

hábitos de vida menos impactantes ambientalmente.

A adoção de práticas ecológicas nos sistemas de cultivo

De acordo com as informações obtidas nas entrevistas e nas observações de campo junto aos agricultores identificados como em processo de transição na agricultura, 70% adotaram *sistemas agroflorestais*, sendo que deste percentual, 85% por meio de participação em projetos ligados a prefeituras, ONGs e demais colaboradores por iniciativa própria. Vale destacar que alguns agricultores desenvolvem sistemas de produção com práticas tradicionais de cultivo herdadas de família e preservadas ao longo do tempo, que se enquadram em práticas de base ecológica, como é o caso dos policultivos e agroflorestas, estas últimas em certos casos conduzidas de forma mais espontânea e sem um planejamento quanto a disposição das espécies nas áreas plantadas.

Na implantação dos sistemas, os agricultores levam em conta a funcionalidade de determinadas árvores para a área de cultivo como um todo, como por exemplo, para o sombreamento necessário para algumas espécies, além do fornecimento da biomassa que será gerada e aproveitada. Cerca de 80% dos agricultores desenvolvem *policultivos*, estes com um número entre cinco a seis espécies de interesse econômico, sendo que as mais frequentes são: banana, aipim, inhame, abacaxi, coco, laranja e limão. Há muitas outras espécies que não são produzidas com finalidade comercial, mas exclusivamente para consumo familiar e como forma de aumentar a variedade de produtos nas propriedades.

Outras práticas como a *rotação* e a *consorciação* de culturas foram observadas em 50% dos lotes, e fazem parte da rotina de muitos outros produtores que não foram entrevistados. Cerca de 40% mantinham cultivos utilizando *sementes crioulas*, principalmente de milho e feijão. Essa manutenção genética é muito valorizada por alguns agricultores, que atribuem grande importância ao controle da produção de suas próprias sementes, além da garantia de estarem utilizando um produto livre de contaminação. Aliado a isso, essa conservação está baseada no fato de os agricultores observarem maior resistência e adequação às condições climáticas e de solo por parte das plantas originadas de suas próprias sementes selecionadas.

Alguns desses agricultores adotam práticas como a produção de *compostagem*, mas que, apesar de se tratar de uma forma simples de transformação de resíduos/recursos nas propriedades, esses representam apenas 10% dos entrevistados. Os percentuais acima destacados podem ser observados na Figura 1.

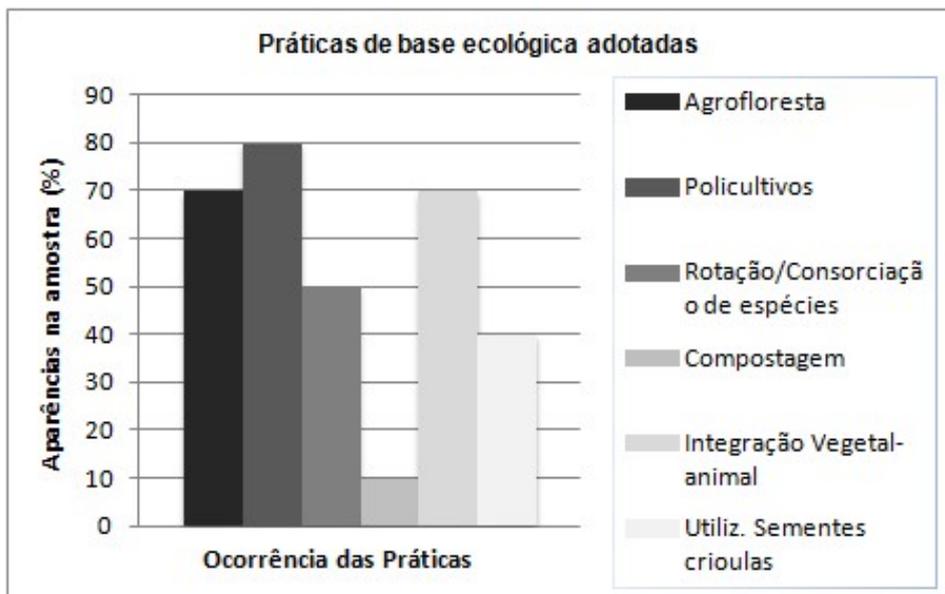


Figura 1: Principais práticas agroecológicas adotadas nos sistemas de produção.

O processo local de transição agroecológica

O processo de transição agroecológica analisado teve início entre os anos de 2000 e 2001, por iniciativa e articulação de técnicos extensionistas e colaboradores, com o intuito de apresentar princípios da agroecologia aos agricultores familiares do município de Casimiro de Abreu. Porém, o que impulsionou este processo foi o lançamento de um programa de incentivo ao plantio do palmito pupunha (*Bactris gasipaes* Kunth) em 2002 por parte da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Casimiro de Abreu, que distribuiu mudas entre os agricultores familiares do município. Com o objetivo de não reproduzir o modelo convencional de produção agrícola e sua respectiva ação extensionista, um grupo de técnicos levou aos agricultores a proposta de modificar experimentalmente o modo de cultivar a pupunha e reforçaram a proposta de ao invés de adotarem monocultivos implantar policultivos nos quais a pupunha seria a cultura central (SOUZA, 2010).

Em pouco tempo, outros atores se interessaram pela proposta e passaram a apoiá-la, como foi o caso da Associação Mico-Leão-Dourado, com o objetivo de levar as iniciativas também aos agricultores de Silva Jardim, com o apoio da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca do município

(SEMAAP), formando então uma ação conjunta com diferentes grupos de técnicos e agricultores. Os técnicos e colaboradores iniciaram os trabalhos por meio da realização de plantios baseados em sistemas agroflorestais como a principal alternativa para a condução dos cultivos da pupunha nas propriedades dos agricultores familiares que aceitaram participar dessas experiências.

Durante a realização das atividades, técnicos e agricultores passaram a expandir e diversificar suas práticas produtivas, adotando alternativas como o cultivo orgânico, manejo ecológico das áreas plantadas e o uso de plantas para adubação verde. Também foram pensadas ações para a melhoria da renda dos agricultores, como a proposta de diversificação produtiva nos lotes e o oferecimento de maior variedade de produtos, a participação dos agricultores em feiras locais, a construção de viveiros para produção e venda de mudas de espécies nativas, entre outras.

A partir de contatos mais frequentes com outros grupos de ação em agroecologia, do reconhecimento das experiências iniciadas e identificadas na região, bem como dos saberes acumulados localmente, esse movimento agroecológico é fortalecido entre os anos de 2005 e 2006 com a criação da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ). Alguns de seus membros já dispunham de conhecimentos a partir de vivências agroecológicas pelo estado do Rio de Janeiro e também em outros estados, as quais impulsionaram as trocas de experiências entre técnicos e agricultores de diferentes localidades, na tentativa de formar uma rede local que pudesse integrar-se à rede estadual.

Com o objetivo de oferecer maior suporte de informações e animação aos agricultores e técnicos da região, foram realizadas visitas a propriedades que já vinham desenvolvendo estas práticas associadas à noção de Agroecologia, e já reconhecidas como experiências bem sucedidas. Dentre as muitas visitas a estas experiências, se destacam dois casos: o das comunidades de agricultores do Vale do Ribeira, no interior do estado de São Paulo, com destaque às atividades de intercâmbio e capacitação no município de Barra do Turvo; e o das comunidades de agricultores tradicionais de Paraty, município localizado no extremo sul do estado do Rio de Janeiro. Esses intercâmbios ocorreram entre os anos de 2004 e 2007.

Não há um momento exato de ruptura na agricultura e no contexto dos atores inseridos nesse novo cenário que se constrói. Por isso, o termo processo de transição se encaixa bem nesta análise, já que este estudo trata de fatos que se projetam à medida que são geradas condições para que aconteçam, estando essencialmente condicionados a conjunturas e interesses pessoais, institucionais

e políticos, em médio e longo prazo.

Com o passar dos anos e com as mudanças nas conjunturas políticas, essas iniciativas mencionadas foram perdendo o foco, principalmente por parte das ações públicas, ficando cada vez mais sobre a responsabilidade de um reduzido número de pessoas, inclusive dos próprios agricultores. Os projetos previam prazos para o término, o que também limitava as ações das equipes técnicas que se dedicavam à implantação e manutenção dos mesmos. Isso causou certa interrupção no processo de transição agroecológica em alguns desses municípios e assentamentos.

Durante a pesquisa de campo, pôde ser observado que o processo de transição não consegue avançar quanto ao número de famílias que aderem aos projetos, e o percentual de famílias que internalizaram práticas agroecológicas em suas propriedades ainda é baixo. Isso tende a limitar as propostas e oferecer pouca visibilidade aos projetos e demais experiências como um todo, inclusive entre os próprios agricultores. Especificamente no entorno da reserva biológica em questão, apenas uma experiência ganhou maior visibilidade, a ponto de receber interessados em conhecer a experiência, adotando um caráter de unidade demonstrativa.

Apesar disso, a maior parte dos produtores que aderiram aos projetos ou que já desenvolviam suas atividades produtivas com um caráter preservacionista continuam com as experiências. Foi possível identificar uma dificuldade maior em conduzir as experiências por parte daqueles produtores que antes da chegada dos projetos não desenvolviam sistemas produtivos ou práticas ecológicas/preservacionistas em seus lotes. Isso muito em função da dependência dos mesmos dos trabalhos de assessoria técnica e extensão rural.

A situação atual do processo de transição no entorno da REBIO de Poço das Antas é classificado como pouco expressivo ou até mesmo ruim na opinião de alguns técnicos e agricultores entrevistados, tendo em vista o tempo em que os trabalhos já vêm sendo conduzidos nos assentamentos. Entre os anos de 2011 e 2012, as ações voltadas à transição ecológica na agricultura local parecem ter entrado em uma fase de desarticulação e em um estado de quase estagnação das ações. Os projetos mais voltados ou que podiam contribuir com o processo de transição na agricultura local foram interrompidos, em decorrência da descontinuidade de parcerias, problemas na captação e direcionamento de recursos e na execução e acompanhamento técnico das atividades.

Por outro lado, há outros projetos que, apesar de não terem como proposta central a agricultura em si, se apresentam com a intenção de levar algumas

melhorias às famílias assentadas, como o incentivo às boas práticas socioambientais nas propriedades. Nesta linha destacamos o programa "Fundo de Boas Práticas Socioambientais"⁵ do Consórcio Intermunicipal Lago São João (CILSJ). Apesar das limitações dos projetos, em especial por não se caracterizarem como instrumentos pensados especificamente à promoção do processo de transição na agricultura, verificou-se que os projetos em geral são conduzidos de forma coletiva, envolvendo prefeituras, universidades, Ongs, grupos de trabalho (como as articulações de agroecologia), movimentos sociais, associações de moradores e produtores rurais, além de outros interessados, como grupos de pesquisas e prestadores de serviço parceiros das iniciativas.

A partir da análise dos projetos encontrados, nota-se que a noção de transição agroecológica passou a ocupar uma posição secundária, predominando iniciativas que não colocam a agricultura como foco central das ações, mas que acabam por abarcá-la pelo fato de sua forte influência junto às comunidades e ao espaço onde as mesmas ocupam e desenvolvem suas atividades. Tais projetos são pensados dentro do contexto da preservação de espécies animais específicas e/ou da melhoria das condições para a preservação de recursos naturais, como a água, ou mesmo para garantir a manutenção das áreas de proteção ambiental da região. Ou seja, a maior parte dos projetos identificados não contemplam a agricultura ou processos de transição na agricultura de forma específica ou direta. Mas, por se tratar de um contexto agrário/agrícola, apresenta algumas propostas relacionadas à agricultura local, no intuito de tornar as atividades menos impactantes ambientalmente, e na tentativa de trabalhar conceitos e práticas ecológicas nos sistemas produtivos.

De certa forma, poderíamos interpretá-los como projetos que contribuíram para o estabelecimento de uma das etapas do processo de transição, a da ecologização da agricultura, mas que acabam se resumindo a esta fase devido a limitações financeiras, reduzido quadro técnico em apoio aos agricultores, descontinuidade nas parcerias e a baixa abrangência e permanência dos

⁵O projeto atua em nível de microbacias, incentivando agricultores familiares dispostos ou que já vinham desenvolvendo práticas conservacionistas em suas propriedades, com especial atenção a conservação de recursos hídricos. Os agricultores passaram a ser recompensados com miniprojetos para melhorias e adequações em suas propriedades, de acordo com o levantamento de suas demandas, e seguindo o orçamento previsto para o grupo beneficiário, tendo como fonte de financiamento os recursos captados a fundo perdido.

agricultores nos projetos. Isso é resultado também da ausência de políticas agroambientais específicas e direcionadas ao estabelecimento de uma agricultura mais adequada ao contexto dos assentamentos, que possam oferecer maior consistência aos projetos e à transição na agricultura local.

Apesar deste quadro, de acordo com os relatos dos técnicos entrevistados, 90% dizem conseguir identificar um processo de transição em curso na agricultura dos assentamentos no entorno da REBIO de Poço das Antas, ainda que de forma pontual ou pouco abrangente. Os 10% restantes entendem que, em relação ao total de estabelecimentos rurais, ainda não é possível identificar um processo concreto de transição na agricultura.

Por parte dos agricultores, quando indagados sobre a existência de um processo de transição agroecológica na agricultura, os mesmos não souberam identificar esse processo de acordo com essa denominação. Parece ainda não haver uma apropriação e utilização desta terminologia por parte das comunidades. Os agricultores com frequência mencionam apenas a agricultura orgânica, algo que parece ser mais bem compreendido por eles. No entanto, é possível perceber que os agricultores entrevistados estão cientes de que essas mudanças estão relacionadas a projetos que visam adequar as propriedades com relação à conservação do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos.

Agricultura tradicional e transição agroecológica nos assentamentos

Esta seção analisa o modo de vida dos agricultores, relacionado com a prática de atividades produtivas nas áreas de reforma agrária no entorno da REBIO de Poço das Antas. Para isso, considera-se a permanência de populações agrícolas que, ao longo do tempo, estabeleceram múltiplas relações socioambientais locais, muito em função de suas necessidades ou conservação de hábitos familiares tradicionais, sendo que parte desses agricultores sempre viveu junto ao contexto do bioma Mata Atlântica.

Há um processo de adaptação do estilo de se praticar as atividades agropecuárias, e as principais influências sobre esses grupos referem-se à regulamentação de proteção ambiental. Essa preocupação com os aspectos ambientais não se limita apenas ao fato de estarem no interior de uma APA ou por influenciarem diretamente o entorno de uma REBIO, ambas amparadas por órgãos federais de proteção ambiental. Estende-se também à manutenção de projetos de outros atores que atuam na região, como ONGs e outros grupos e/ou movimentos sociais.

As ações da Associação Mico-Leão-Dourado podem ser mencionadas como principal exemplo, com a condução de projetos voltados à preservação da biodiversidade local e de espécie raras ou ameaçadas de extinção, como é o caso do mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*), entre outras que ocorrem nos domínios da APA e da REBIO consideradas no estudo.

A presença de comunidades rurais ocupando propriedades em meio à Mata Atlântica tem estimulado a realização de iniciativas com o intuito de identificar e ampliar na região o potencial para o desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável e adequada à realidade dos agricultores, inclusive dos assentados. Como verificado na seção anterior, apesar das limitações, essas iniciativas vem sendo trabalhadas também segundo os princípios da Agroecologia, sendo a mesma é reconhecida na região como uma das principais estratégias ou referência na busca de alternativas ao meio rural.

Uma parcela dos agricultores mantém hábitos tradicionais em suas propriedades, conservando práticas como o policultivo, a consorciação de espécies, o pousio⁶, o uso do fogo, bem como a não utilização de insumos externos, principalmente de fertilizantes químicos/sintéticos, herbicidas e inseticidas. No entanto, algumas dessas práticas foram modificadas, abandonadas ou redefinidas pelos produtores, como é o caso do manejo das roças com o uso do fogo e o manejo de áreas destinadas aos pousios. Tanto a proibição do fogo quanto a limitação no acesso e uso das áreas de pousio estão relacionadas com o fato dos lotes estarem situados em um contexto ambiental diferenciado, que requer medidas de prevenção para se evitar incêndios, desmatamentos, a caça e a pesca ilegais predatórias, entre outras atividades que ofereçam ameaças ao ambiente.

Muitos agricultores sentem algum temor ao realizar certos tipos de manejos nas áreas de plantio, em especial por aqueles que adotaram a produção em agroflorestas, que requerem podas e raleamentos, principalmente das espécies arbóreas, para que os sistemas funcionem de acordo com seus interesses e objetivos. Por parte dos órgãos ambientais, são exigidas medidas de adequação

⁶De acordo com a Lei da Mata Atlântica: "*prática que prevê a interrupção de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais do solo por até 10 (dez) anos para possibilitar a recuperação de sua fertilidade*" (BRASIL, 2007). Complementando a definição, trata-se de interrupções planejadas pelos agricultores, com o intuito de voltar a cultivar nessas áreas após o descanso ou pousio.

aos agricultores locais, bem como estabelecidas algumas restrições em suas atividades e áreas de cultivo.

A adequação da produção e a convivência com a rica biodiversidade local nas áreas dos assentamentos requer uma compreensão ainda maior dos agricultores, que compartilham seu espaço com toda a vida silvestre existente no interior da REBIO e no âmbito da APA. A ocorrência de animais silvestres nas áreas de cultivo é bastante comum na maior parte das propriedades. Em alguns casos é tão intensa que essa interação passa a ser vista como desarmônica por parte dos assentados; em outros, há a destruição de parte da lavoura pelos animais, que acabam por consumir ou danificar algumas culturas de interesse para as famílias. É muito comum nos lotes a presença de coelhos do mato, preás, lagartos, tatus, gambás e primatas, entre outras espécies. Estas espécies foram se adaptando à presença humana a ponto de frequentarem as áreas produtivas nos assentamentos.

Apesar de causarem danos e até mesmo certo descontentamento nos agricultores, esses animais recebem certa proteção na localidade. Isso, em parte, pela atuação dos órgãos ambientais de proteção do referido bioma, dos trabalhos de educação ambiental junto às comunidades, mas também muito em função do próprio respeito das pessoas que se veem como parte integrante do ambiente onde estão inseridos.

Além disso, a maior parte dos agricultores atribui grande importância às questões ecológicas e manifestam atitudes positivas neste sentido quando lhes são propostas alternativas. Esse assunto vem recebendo maior atenção local, pois se trata de um fato que impacta diretamente na capacidade dos agricultores estarem desenvolvendo suas atividades, influenciando também no tipo de relação que os mesmos estarão construindo com os ecossistemas locais.

Neste sentido, as políticas de pagamentos por serviços ambientais (PSA)⁷ ou as medidas visando estimular os agricultores a manterem uma relação harmônica com o meio são de fundamental importância para o êxito das experiências que já estão ocorrendo – e para os futuros projetos. Mas nesse caso, deve haver maior interesse e um compromisso por parte do poder público.

A noção de transição agroecológica, em contextos de comunidades agricultoras

⁷Uma transação voluntária, na qual um serviço ambiental bem definido, ou um uso da terra que possa assegurar este serviço, é adquirido por um comprador de um provedor, sob a condição de que o provedor garanta a provisão deste serviço (WUNDER *et al*, 2008).

tradicionais deve representar o fortalecimento e a sustentação da produção, e que seja feita em bases endógenas, valorizando as vocações ou potencialidades locais. Deve ainda estar associada à compatibilização dos recursos disponíveis a uma contínua reconfiguração da identidade social e do conhecimento sobre a natureza.

Considerações Finais

A concepção de agroecologia trabalhada nos assentamentos situados no entorno da Reserva Biológica Poço das Antas aqui analisada ainda está preponderantemente vinculada aos fatores produtivos, ou seja, trata-se de uma abordagem centrada no processo agrícola, a partir da internalização de práticas de base ecológica nos cultivos agrícolas. Também é entendida como sendo apenas uma metodologia adotada pelos grupos de trabalho para dar início às atividades do processo de transição, a partir da introdução dessas práticas e como elementos mais imediatos, com vistas à ações mais abrangentes, em médio e longo prazo para que haja maior avanço.

Ao longo do tempo, as metodologias vão sendo modificadas, novos elementos são levados em conta nos planejamentos, à medida que os grupos envolvidos passam a compreender melhor as particularidades locais e da região, bem como a possibilidade de avançar nos projetos e demais ações voltadas a processos de transformações da agricultura, incluindo as áreas de reforma agrária.

Com a passagem da fase inicial nos primeiros quatro anos, o processo de transição agroecológica passou a não ocupar mais uma posição prioritária nos projetos verificados, em especial aqueles vinculados às políticas dos municípios. Com isso o processo de transição se manteve à medida que projetos aprovados previam ações que contemplassem de alguma forma a agricultura ou melhorias na infraestrutura das propriedades rurais. A descontinuidade e a mudança de foco fizeram com que o processo de transição na agricultura se tornasse frágil e sem autonomia para avançar.

No que diz respeito aos sistemas de cultivo encontrados e as práticas de manejo adotadas pelos agricultores constatou-se que esses são elementos que tendem a contribuir fortemente para a construção de uma agricultura local mais comprometida com as questões ambientais. Essa percepção não se restringe aos agricultores, trata-se de uma compreensão também de técnicos extensionista que atuam ou atuaram junto às comunidades assentadas, cientes da necessidade de estabelecer uma agricultura adequada ao contexto socioambiental em que se encontram.

O potencial endógeno construído ao longo do tempo pelos agricultores tradicionais da região constitui um elemento central para o êxito de propostas voltadas ao processo de transição agroecológica em curso, tendo em vista a aderência das famílias agricultoras aos projetos e a grande contribuição que poderão oferecer, desde o planejamento e a construção das estratégias de ação, até as atividades práticas aplicadas a campo junto às famílias agricultoras.

Torna-se relevante uma atuação com maior continuidade por parte do poder público no que diz respeito à proposição e implementação de políticas agroambientais, com o propósito de estabelecer transformações no universo não só agrícola, mas também na estrutura agrária nos territórios dos municípios. O estabelecimento de parcerias é um fator de grande importância, principalmente com a agregação de grupos que já possuem uma aproximação mais estreita e experiências na condução de trabalhos junto às comunidades assentadas, aproveitando assim suas vivências e capacidades de mobilização.

Referências

ABREU, L. S. de. **A construção social da relação com o meio ambiente entre agricultores familiares da Floresta Atlântica Brasileira.**

Araraquara: IMOPI. (2005). 147p.

ALENTEJANO, P. R. R. **A evolução do espaço agrário fluminense.**

Geographia, Rio de Janeiro, nº 13, p. 51, 2005(b).

ALENTEJANO, P. R. R. Luta por terra e reforma agrária no Rio de Janeiro.

Revista eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Niterói, ano 1, jan./jun. 2005(a).

ALMEIDA, S. G. de; PETERSEN, P.; CORDEIRO, A. **Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira:**

subsídios à formulação de diretrizes para o desenvolvimento agrícola. ed. 1^a
Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001. 122 p.

ALTIERI, M. A. Linking ecologists and traditional farmers in the search for sustainable agriculture. **Frontiers ecology environment**. v. 2 nº 1.

Department of Environmental Science, Policy and Management. University of California – Berkeley, CA. 2004. p. 35-41.

ALTIERI, M; TOLEDO, V. M. **Lá Revolución agroecológica en latinoamérica.** SOCLA, Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología, 2011. Versión al español del artículo: Altieri, M. & V.M. Toledo. The agroecological revolution of Latin America - rescuing nature, securing food sovereignty and empowering peasants. **The Journal of Peasant Studies**, vol. 38, No. 3, July 2011, 587-612.

BRANDEMBURG, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 8, nº. 2, p.417-429, jul/dez, 2010.

BRASIL, **Lei da Mata Atlântica:** Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 e Resolução CONAMA nº 388, de 23 de fevereiro de 2007. Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Série Políticas Públicas; Nº 33. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica CN-RBMA, São Paulo, 2007, p. 54.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. C. **Agroecologia e extensão rural: contribuição para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.** Brasília, DF: MDA/SAF/DATER - 2007.

CARMO, M. S. do. Pensar e agir localmente: a mediação para a transição agroecológica, um caminho possível para assentamentos rurais. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara/SP, v. 14, n. 1, p.305-322, 2011.

COSTA NETO, C. Agricultura não-convencional, biodiversidade e sustentabilidade: a alternativa agroecológica. In: FROEHLICH, José M. e DIESEL, Vivien (org.). **Desenvolvimento Rural, tendências e debates contemporâneos.** Ijuí: Editora Unijuí. 2006.

COSTABEBER, J. E; MOYANO, E. Transição agroecológica e ação social coletiva. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, vol. 1, nº 4, p. 50-60, out/dez, 2000.

DEITENBACH, A. Políticas Públicas para Sistemas Agroflorestais na Mata Atlântica. In: May, P. H. & Trovatto, C. M. M. (Coord.). Deitenbach, A. *et al.* (orgs.). **Manual Agroflorestal para a Mata Atlântica.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Agricultura Familiar, 2008, 196 p.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

GONÇALVES, A. L. R.; MODEL, A. B. Motivações para a transição agroecológica no litoral norte do Rio Grande do Sul. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p.12-14, 01 out. 2006.

HAGETTE, T. M. F. Metodologias qualitativas na Sociologia. **Revista Brasileira Estudos Pedagógica**, Brasília, vol. 75, pág. 373-394, Jan./Dez.1994.

HECHT, S. A evolução do pensamento agroecológico. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento**. CLADES, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 1994.

KENSKI, V. M. Aprendizagem mediada pela tecnologia. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 4, nº. 10, p. 47-56, 2003.

LAMARCHE, Hughes. **A Agricultura Familiar: Comparação Internacional - Uma Realidade Multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LOPES, A. S; GUILHERME, L. R. G; SILVA, C. A. P. da. **Vocação da Terra**. São Paulo: Associação Nacional Para Difusão de Adubos, 2003.

MATTOS, C. **Expressões Agroecológicas partir de Percepções Socioambientais da Agricultura Tradicional e Camponesa em Paraty-RJ**. 2011. 160 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

MOREIRA, R. M; CARMO, M. S. do. Agroecologia na Construção do Desenvolvimento Rural Sustentável. **Revista Agriculturas**, São Paulo, v. 51, n.02, p.37-56, 01 jul. 2004.

PETERSEN, P.; SOGLIO, F. K. Dal; CAPORAL, F. R. A construção de uma Ciência a serviço do campesinato. *In*: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro. AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, p.85-104, 2009.

PLOEG, J. D. On Rurality, Rural Development and Rural Sociology. Images and Realities of Rural Life. *In:* de HAAN, H.; LONG, N. (org.) **Perspectives on Rural Transformations**. Wageningen, Van Gorcum, Assen 1997. p. 39-73.

REMMERS, G. G. A. Agricultura Tradicional y Agricultura ecológica: vecinos distantes. **Agricultura Y Sociedad**, Córdoba, nº 66, p. 201-220, 1993.

SCHMITTI, C. J. Transição Agroecológica e Desenvolvimento Rural: um olhar a partir da experiência brasileira. *In:* Sérgio Sauer e Moisés Villamil Balestro (Orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 328p.

SOUZA, M. R. P. F. de. **Interação entre o Tradicional e o Científico na Construção do Conhecimento Agroecológico**: o caso de agricultores de Casimiro de Abreu e Silva Jardim - RJ. (Dissertação Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2009.

TOLEDO, V.M. The ecological rationality of peasant production. *In:* M. Altieri and S. Hecht, eds. **Agroecology and Small Farmer Development**. CRC Press, 1990. p. 51-58.

TOLEDO, V.M BARRERA-BASSOLS, N. **La Memoria Biocultural: la importância ecológica de las sabidurías tradicionales**. Barcelona: ICARIA Editorial, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato Brasileiro**. *In:* ANAIS DO 20º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Caxambú, 1996. SP.

WUNDER, S. (coord.); BÖRNER, J.; RÜGNITZ TITO, M.; PEREIRA, L. **Pagamentos por serviços ambientais**: Perspectivas para a Amazônia Legal. Brasília: Ministério do Meio Ambiente - MMA, 2008.

†Texto elaborado a partir de pesquisa de campo realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.